

Prefeitura prorroga calamidade financeira em Petrópolis

Município enfrentou uma série de bloqueios judiciais ao longo do ano de 2025

Por Gabriel Rattes

A Prefeitura de Petrópolis prorrogou por mais 180 dias o estado de Calamidade Pública Financeira no município. A medida foi oficializada pelo Decreto nº 346, de 30 de dezembro de 2025, que estende os efeitos do Decreto nº 144, de 16 de julho de 2025, a partir de 1º de janeiro de 2026.

Na prática, a decisão mantém o regime de exceção na administração das contas públicas e as medidas de contenção de gastos em um cenário que se agravou nos últimos meses com uma sequência de bloqueios judiciais nas contas da Prefeitura para garantir o funcionamento de serviços básicos, o pagamento de salários e a manutenção da rede de saúde.

Bloqueios judiciais

Entre outubro e dezembro de 2025, a situação financeira do município levou o Judiciário a intervir diretamente diversas vezes.

No dia 29 de outubro, a Justiça determinou o sequestro de R\$ 1,9 milhão das contas da Prefeitura para garantir o pagamento do Vale-Educação, subsídio que ajuda a custear o transporte escolar. A decisão foi tomada após novo atraso nos repasses ao Seetranspetro. Na sentença, o juiz afirmou que o município vinha reiteradamente descumprindo



Decisão mantém as medidas de contenção de gastos das contas públicas

acordos homologados e classificou a conduta da gestão financeira como "ignominiosa".

Poucos dias depois, em 6 de novembro, foi determinado o bloqueio de cerca de R\$ 13 milhões para pagar aposentados e pensionistas do Inpas. Na ocasião, a Justiça constatou que o município tinha apenas R\$ 12,4 milhões em caixa, valor insuficiente para quitar a dívida, mas mesmo assim todo o montante disponível foi transferido por ordem judicial.

A situação mais grave veio em 12 de novembro, quando o juiz Jor-

ge Luiz Martins Alves determinou o bloqueio na modalidade "teimosinha" de até R\$ 44,6 milhões das contas da Prefeitura. Nesse tipo de bloqueio, o sistema tenta reter valores todos os dias, por até 30 dias seguidos. A decisão atendeu a pedido do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, que alertou para o risco real de paralisação da saúde no município.

O bloqueio foi destinado a garantir recursos ao Sehac, responsável pela gestão do Hospital Alcides Carneiro e de outras unidades. À época, o órgão acumulava cerca de

R\$ 24,9 milhões em dívidas com fornecedores e colaboradores e não havia recebido repasses para folha de pagamento e custeio. Além disso, a Justiça determinou intervenção no Sehac e nomeou um administrador judicial externo.

Já em 2 de dezembro, um novo bloqueio de R\$ 10,4 milhões foi determinado para garantir o pagamento da folha de novembro dos aposentados e pensionistas do Inpas. Na mesma decisão, o juiz também antecipou o pagamento do 13º salário dos servidores, aposentados e pensionistas.

Calamidade

O estado de calamidade financeira foi instituído em julho de 2025 pelo prefeito Hingo Hammes (PP). À época, a Prefeitura apontou dívidas com unidades de saúde, fornecedores e prestadores de serviços, além de falta de recursos em caixa, déficit no Inpas e despesas deixadas pela gestão anterior, como gastos com educação, aluguéis e merenda escolar.

O governo alertou que o cenário colocava em risco até mesmo o pagamento da folha de servidores e a manutenção de serviços essenciais.

Medidas de contenção

Com a prorrogação do decreto, continuam valendo medidas como a limitação de horas extras, a redução de gastos com eventos, o corte e a revisão de contratos, a restrição ao uso de veículos oficiais, a proibição de viagens, além do parcelamento de dívidas antigas e da revisão de comissões e grupos de trabalho.

O que diz a Prefeitura

Desde a edição do decreto, em julho, o prefeito Hingo Hammes sustenta que o município herdou um cenário de "extrema dificuldade" e que as medidas adotadas são necessárias para impedir a interrupção dos serviços públicos.

Sobre a prorrogação do decreto, a Prefeitura ainda não se manifestou.

Rifa ajuda a manter escolinha de hóquei da Casa de Portugal

Por Gabriel Rattes

A Escolinha de Hóquei sobre Patins da Casa de Portugal de Petrópolis, que há 30 anos atende crianças e adolescentes, lançou uma rifa benéfica para arrecadar recursos e manter o projeto em funcionamento. O prêmio é uma camisa oficial do Santos Futebol Clube autografada por Neymar Jr.

A iniciativa busca garantir recursos para a manutenção dos equipamentos esportivos e para a confecção de novos uniformes. Hoje, o projeto enfrenta dificuldades na estrutura e depende quase exclusivamente de ações solidárias.

Sem patrocínio fixo

Goleira da seleção brasileira

feminina de hóquei sobre patins e uma das coordenadoras do projeto, Brígida Maia explica que as rifas se tornaram uma forma de sobrevivência.

"Infelizmente não temos patrocínio, e apesar de corrermos atrás de ajuda, é muito difícil. O hóquei não dá tanta visibilidade, a gente realmente trabalha por amor no projeto e contamos com ajudas pontuais de ex-atletas. A rifa foi uma forma que a gente encontrou para tentar arrecadar algum valor", afirma.

Material em más condições

A escolinha trabalha com cerca de 100 pares de patins, muitos deles em más condições de uso, além de poucos tacos de hóquei em bom estado. Parte do mate-



Ajudantes concorrem a uma camisa autografada por Neymar Jr

rial já está no limite. "Tem patins que estão praticamente amarrados com cadarço porque a bota descolou. Isso prejudica muito o aprendizado", relata Brígida.

Recentemente, o projeto recebeu a doação de 10 tacos de uma empresa argentina, mas a quantidade ainda está longe de ser suficiente para atender todos os alunos.

Uniformes insuficientes

Outro problema é a falta de

uniformes. Hoje, apenas a equipe feminina possui dois conjuntos completos — e mesmo assim porque cada atleta pagou o próprio uniforme. As demais equipes precisam revezar peças nos campeonatos.

No ano passado, Brígida e o treinador chegaram a dividir, do próprio bolso, o custo de uniformes para as crianças. Em 2026, o calendário de competições está cheio, com torneios

previstos de março a novembro.

Esporte e inclusão social

Além do esporte, o projeto tem um forte papel social. A escolinha atende crianças de diferentes bairros de Petrópolis, incluindo regiões com maior vulnerabilidade social. Parte dos alunos é acompanhada pelo Conselho Tutelar e o projeto também recebe crianças com deficiência, incluindo alunos autistas e com deficiência visual.

"O hóquei também tem esse poder de inclusão. Todos os alunos que nós tivemos até hoje no projeto com algum tipo de deficiência sempre gostaram muito das aulas e desenvolveram muito bem dentro do esporte", diz Brígida.

A rifa custa R\$ 20 por número e o sorteio será realizado no dia 14 de fevereiro de 2026, às 15h30, pela plataforma Rifa-me. O resultado será divulgado nas redes sociais do projeto e o ganhador será comunicado diretamente. Informações e compra de números podem ser feitas pelo perfil oficial do projeto.